

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 022

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE MARÇO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermas Fônsaca e Pastor Edson Praczyk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

**Há quórum para prosseguimento da sessão.**

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Voltamos à tribuna desta Casa porque o governo do Estado, insensível e principalmente inoperante no que diz respeito ao transporte escolar do nosso Estado, faz vistas grossas e realmente não dá ouvidos aos reclamos de todos os prefeitos do Estado do Paraná.

Alguns prefeitos mais representativos na sua comunidade, nas reuniões como a nossa Associação dos Municípios dos Campos Gerais, fazem seus reclamos, proferem sua indignação e fazem com que este governo, insensível, não atenda e, principalmente, falte com a palavra. O governo não tem palavra!

Sua Excelência o chefe da Casa Civil foi, ano passado, a uma reunião dos municípios dos Campos Gerais e, em nome do governo, assegurou aos senhores prefeitos de todo o Estado do Paraná que o transporte escolar de 1999 poderia continuar sendo efetivado pelas prefeituras e que o governo do Estado não teria naquela oportunidade, o dinheiro correspondente à sua parte no transporte escolar das crianças da zona rural. Dizia ele que o governo iria ressarcir todos os municípios do Paraná, inclusive a nossa Ponta Grossa, com maquinário do DER, emprestando aos senhores prefeitos pás carregadeiras, tratores de esteiras, caminhões, enfim, tudo aquilo que possui o DER do nosso Estado. Mentiu! E o governo por ele representado, não honrou a palavra empenhada com os prefeitos. Nenhum município recebeu do governo do Estado a palavra empenhada.

Agora, neste ano, foram inseridos no transporte escolar do Estado, 10 milhões de reais, uma quantia que o governo sabe que é insuficiente. A atual secretária de Educação, na habilidade internacional que possui, no conhecimento nacional que desfruta, não conhece a realidade do Paraná. Ela conhece Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, conhece as grandes cidades mas nunca foi em Cândido de Abreu, nunca pisou em Manoel Ribas. Ela foi a Bituruna, uma das poucas cidades pequenas, que tem um grande povo e um grande representante, que é o ilustre deputado Valdir Rossoni, que teve a honra de recebê-la. Porque, dos quatrocentos e poucos municípios que temos, trezentos e poucos são pequenos e médios e ela, nobre deputada Serafina, não dá o ar da sua presença aonde tem que andar no barro e aonde tem que andar no pó. Ela anda no asfalto e anda de avião.

Então, a realidade do Paraná é outra. Aqui, tenho em mãos, alunos viajam horas para chegar à escola. Crianças pertinho de Ponta Grossa, ali no Guaraúna, têm

que andar 15, 20, 30 minutos a pé para pegar o ônibus que faz o transporte escolar, com o dinheiro sofrido, arregimentado de ISS, ISQN, arregimentado de IPTU de Teixeira Soares, de Porto Amazonas, dos pequenos municípios como Imbituva, como Ivaí, para pôr no transporte escolar que é responsabilidade deste inoperante governo do Paraná.

Vejam o que fez a secretária: montou uma comissão para dificultar ainda mais. É esta comissão que vai distribuir, num sentido eqüitativo, os 10 milhões de reais inseridos no Orçamento do Estado. É uma brincadeira. Isto é uma brincadeira da secretária! Acho que ela está pensando que nós, do Paraná, somos aquela Ilha da Fantasia lá de Brasília, onde ela tem pleno e total conhecimento! O Paraná é outro. O Paraná é um Estado eminente da agropecuária, na sua maior parte tem a agroindústria. Agora que o Paraná está se transformando num pólo industrial. E quem sustentou, quem fez o Paraná até hoje, foram as mãos calejadas dos pequenos e médios agricultores e pecuaristas deste Paraná, que deram a economia que nós desfrutamos.

Estas crianças depois de andarem 15, 20, 30 quilômetros a pé, chegam no ônibus e aqui está descrito - ônibus chega a transportar mais de 50 crianças, contra a lei de trânsito, contra o Conselho Nacional do Trânsito, que determina um número "x" para cada ônibus, mas os prefeitos, com este governo mentiroso que não tem condições de oferecer mais ônibus, superlotam os ônibus. Os senhores estão lembrados daquele acidente que infelizmente vitimou e ceifou da vida dos seus familiares, aquele acidente ali em Palmeira, quando o prefeito era o Altamir, ele foi responsabilizado criminalmente, a sua secretária de Educação na oportunidade, até hoje responde inquerito.

Por isso vim aqui, senhor presidente, senhores deputados, se acontecer, desejamos que não aconteça, o responsável direto primeiro é o governador, segundo a secretária de Educação do Estado por algum acidente que venha a ocorrer em solo paranístico no transporte da escolaridade da zona rural que o governo do Estado não olha com carinho, não tem dedicação e principalmente não tem respeito com a família do Paraná.

#### **O Sr. Irineu Colombo**

Permite um aparte, deputado?

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência aborda o tema com absoluta propriedade. Queria fazer aqui um testemunho. No ano passado, na Comissão de Educação, tivemos diversas oportunidades de conversarmos entre os membros da comissão sobre este problema. Também estive em reunião com os secretários municipais de Educação, com os senhores prefeitos municipais, documentos foram lidos aqui nesta Assembléia, onde a secretária de Educação, que veio de Brasília para atender o Paraná a senhora Alcyone Saliba, em março do ano passado, prometeu aos senhores prefeitos que em julho daquele mesmo ano todos receberiam a parte dos alunos

que competia à rede do Estado. Quer dizer, alunos que estudasse na 8ª série na rede estadual o Estado iria bancar. Pagamento de transporte escolar está acontecendo no Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina por parte do Estado. Agora no Paraná tivemos, eu não sabia da promessa do chefe da Casa Civil, aliás, é gravíssimo uma autoridade pública tem que ser absolutamente responsável por aquilo que fala, a secretária prometeu, não cumpriu, tive uma informação que estão mandando uma circular aos prefeitos, estão analisando, vão ver, vão fazer um projeto de lei. Temos aqui na Casa circulando um projeto de lei que trata da questão do salário-educação. Agora não vamos confundir a cota do salário educação que tem uma lei de 1998 e que o Estado é obrigado a repartir com os municípios, não em forma de transporte escolar; transporte escolar é uma coisa e salário-educação é outra coisa. O que o Estado está querendo fazer é pegar o dinheiro do salário-educação e passar para o transporte escolar, e isso é absolutamente irregular, para não dizer ilegal, mas é absolutamente irregular. E o Estado até hoje não cumpriu com a sua tarefa, acho que o governo tem uma responsabilidade, já que detém a maioria na Assembléia, se quiser regulamentar, regulamenta rapidamente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Participo o nobre deputado Colombo que o tempo do nobre deputado Luiz Carlos Zuk está encerrado, e concedemos um minuto para concluir o seu pronunciamento.

#### **O Sr. Irineu Colombo**

Então, deputado está de parabéns e vamos ficar vigilante e cobrando que o Estado do Paraná dê transporte aos seus alunos.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o aparte e benevolência da Mesa, presidida pelo deputado Hermas Brandão.

Finalizo senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, dizendo que a presença do governo do Estado, na pessoa do chefe da Casa Civil lá com o nosso presidente Claudimir Braga cedeu por uma única razão, o prefeito de Ponta Grossa e os da região iriam trazer na frente do Palácio todas as crianças que são transportadas na região dos Campos Gerais, bem como convidou a todas as regiões do Paraná para trazerem as crianças aqui em frente ao Palácio Iguaçu. Quando souberam desse fato noticiado pela imprensa do Paraná, mais do que depressa empenhou a palavra, não cumpriu, mentiu uma vez mais. Neste ano senhor presidente, senhora e senhores deputados e nobre líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, estaremos cobrando da secretária de Educação do governo do Estado do Paraná não somente o ano de 2000, acredito e tenho certeza que o governo do Estado não é caloteiro, ele vai pagar o que os municípios gastaram em 99, acreditando na palavra do chefe da Civil que não cumpriu e que agora vamos cobrar, em nome de

todos os municípios do Paraná, que ele devolva tão somente os 10 milhões que são inseridos insuficientes para o transporte escolar dos estudantes da zona rural no nosso Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente e obrigado, senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente e senhores deputados.

Venho à tribuna apenas no intuito de fazer uma referência diagonal aos temas abordados aqui nesta Assembléia nos últimos tempos. Estamos falando constantemente de narcotráfico, drogas, etc; e no mesmo assunto, só que de uma forma diferente, o jornal “A Cidade” de Cascavel, logo que começou essa questão da CPI Nacional, a Comissão Especial na Assembléia Legislativa teve uma série de matérias abordando a questão das drogas no enfoque médico, enfoque da medicina. E não poderia deixar de fazer uma breve abordagem do assunto que o jornal colocou, que é um fato bastante interessante. Sabemos que existem deputados que enfrentam dificuldades com seus familiares com relação a drogas.

Gostaria de dizer que estou completamente desapagado de qualquer preconceito com relação a isso. Tenham a noção clara que, quem usa a droga, é uma vítima. Portanto, como vítima, deve ser ajudada, auxiliada. Tenho uma filha de três anos e poderá enfrentar as dificuldades que todos enfrentam na adolescência.

Enquanto professor quero deixar bem claro que precisa um conjunto de ações que poderão ajudar. As experiências de recuperação de drogados têm demonstrado que nos institutos mais eficientes não conseguem passar a marca de 20% de recuperação. Existem alguns institutos que estão superando marcas, mas os tradicionais estão com dificuldades.

O jornal traz um estudo que mostra um cérebro normal de uma pessoa que não fuma e não usa drogas. Em seguida alguém que cheira cocaína. A aparência é levemente modificada. Agora vejam os senhores o cérebro de alguém que usa crack. Crack é arrasador. O grande problema do Paraná é que o crack está entrando no Paraná.

É extremamente estarrecedora uma fotografia do cérebro sendo consumido pela droga. Todas as veias necrosadas, paralisação de sangue.

Essa homenagem ao jornal que faz uma abordagem diagonal à questão da droga, uma campanha divulgando. É importante essa informação chegar ao jovem e que ele perceba que não é brincadeira.

Era isso, senhor presidente, uma abordagem do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da afetividade das relações humanas, por isso que gostaríamos que a CPI saísse para contribuir.

Quero então fazer um alerta: quem é drogado é vítima, portanto precisa da nossa ajuda, do nosso apoio afetivo e moral.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Uma saudação ao deputado Waldyr Pugliesi, porque sei ser ele uma das pessoas que, em sua trajetória política, mais lutou e luta pela causa na qual me pronunciarei nesta manhã.

Estamos requerendo à Mesa e ao Plenário, que aprove voto de congratulações e de registro nos Anais desta Casa, do Editorial Gazeta do Povo de hoje: “Água, crise a ser evitada”.

Uma breve leitura que fizemos, chegamos à conclusão que este artigo merecia constar dos Anais da Assembléia Legislativa do dia de hoje, porque afinal de contas todos sabemos que ontem foi comemorado nacionalmente o Dia da Água, e muitos pronunciamentos evidentemente aconteceram por este Brasil, muitos atos, muitos feitos por alunos, por instituições, aconteceram por este Brasil, e evidente que diante aquele clima de discussão e votação do requerimento da CPI do Narcotráfico, todos nós, de repente, mesmo que lembrando ser ontem o Dia da Água, não nos pronunciamos a respeito.

Todos sabemos, pelos fatos materiais que temos visto, lido, que no nosso universo Terra apenas 3% da água existente é considerada como água apropriada, possível de ser consumida por nós seres humanos e pelos animais.

Também sabemos que ao redor de 12% de toda água potável do mundo está no Brasil, e sabemos que também mesmo estando essa belíssima quantidade de água no território brasileiro, que temos algumas regiões deste país e algumas regiões do nosso Estado, onde realmente a escassez da água já se faz notar pelas circunstâncias geográficas, geológicas de cada região.

E o apelo que faço, senhor presidente, é que todos possamos nos enveredar nesta luta de preservação, de recuperação dos nossos mananciais, dos nossos aquíferos, enfim, protegendo a água que é vida para nós, para os animais e para as plantas que no planeta Terra vivem.

Votamos aqui na Assembléia Legislativa no ano passado, depois de mais de um ano de discussão, o projeto de lei que estabelece uma política de gerenciamento de recursos hídricos do Paraná.

No primeiro momento, a exigência que se votasse rapidamente o projeto, dada a sua importância, num segundo momento recuou-se da pressa porque um grande movimento se organizou para impedir que se cobrasse a água dos produtores rurais; destaca-se aqui inclusive, a participação efetiva do nosso 1º secretário, presidente da sessão, deputado Hermas Brandão nesta luta, deputado

Augustinho Zucchi, e tantos outros, evidentemente que se empenharam pessoalmente nesta questão, como foi o caso do deputado José Maria, enfim, diversos deputados. Mas a lei foi aprovada. E desde novembro, que ela foi aprovada, dezembro, janeiro, fevereiro, março, quase abril, quase 5 meses, pelo menos, esse deputado que também participou de todas as discussões, não tomou oficialmente mais nenhum conhecimento de ato que esteja sendo praticado por essa ou aquela Secretaria, por essa ou aquela diretoria, no sentido de produzir as regulamentações e os decretos que posteriormente deveriam ser produzidos para que esta lei de gerenciamento dos recursos hídricos do Paraná tivesse efeito e eficácia dentro daquilo que foi aqui discutido e aprovado.

Aproveito também, senhor presidente, nesta oportunidade em que pedimos para registrar nos Anais esse Editorial da Gazeta do Povo, em que pedimos evidentemente também à Liderança do Governo e à sua assessoria para que nos informe sobre os desdobramentos posteriores à aprovação da lei de recursos hídricos, o que está sendo feito, se reuniões estão acontecendo, porque até o presente momento não nos chamaram, ou não chamaram deputados, ou se chamaram, porque não nos chamaram, já que haviam prometido que nos chamariam na condição de presidente do Bloco Agropecuário e também faço nesse momento um apelo ao senhor presidente, deputado Hermas Brandão, à Liderança do Governo, à sua assessoria, para que possamos o mais rapidamente possível, criar as condições finais, definitivas para discutirmos, votarmos e aprovarmos neste Plenário, um projeto de nossa autoria que tramita nesta Casa desde 95 e foi agora reapresentado nesta Legislatura, que institui o Programa de Auditorias Ambientais. É um projeto que já passou pelo crivo da Secretaria do Meio Ambiente, tem parecer favorável daquela secretaria. Sei que este projeto de interesse da Secretaria do Meio Ambiente, inclusive semana passada pediram cópia do nosso projeto porque foi solicitado ao governo informações do que se estaria fazendo acerca das questões das auditorias ambientais que em outros Estado, já é lei.

Na legislatura passada não conseguimos convencer o nosso presidente Anibal Khury para colocar o projeto na Ordem do Dia. Nesta legislatura reapresentamos, o projeto está tramitando e entendendo ser de grande importância e necessidade que este projeto seja votado pelo Plenário. Se analisarmos este artigo de hoje da Gazeta do Povo veremos que ele traz lá no seu conteúdo interno, idéias que estão contidas justamente dentro desta proposta de auditorias ambientais, que é uma proposta preventiva, uma proposta esclarecedora e não punitiva, como na maioria das vezes acontece, quando o governo age perante o cidadão nestas questões ambientais.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje estamos assistindo ao rescaldo de um dia muito tumultuado, que foi o dia de ontem, em que decidimos, com responsabilidade, com relação à CPI do Narcotráfico.

Não queria voltar ao assunto mais a intervenção do deputado Irineu Colombo me estimulou para que voltássemos a falar sobre este assunto negro que não é um problema do Paraná. Quem estuda a matéria ou lê jornais sabe que o mundo todo movimenta mais de um trilhão de dólares com esta atividade de narcotráfico. Só os Estados Unidos gastam mais de vinte bilhões de dólares para combater este grande mal do nosso século. Sabemos que causas sociais existem, esta modernidade trouxe este problema para o seio da nossa família.

Agora queria registrar porque votamos contra a CPI. Votamos contra a CPI, e ontem o líder Rossoni fazia um apelo à imprensa para que desse o destaque devido às nossas argumentações porque à primeira vista ficou pairando no ar que quem assinou a CPI do Narcotráfico é que estava preocupado com o futuro da família para-naense, e na verdade não é bem isso. Sabemos que no ano eleitoral a banheira política é maior do que em anos normais. Sabemos que ela tremula com mais veemência e, apesar de também acharmos que a nossa Oposição está preocupada com o narcotráfico no Paraná, achamos que ela foi veemente inconseqüente ao não o devido respeito à estrutura policial que existe no nosso Estado.

Eu, como cidadão paranaense, devo dizer que estou tranqüilo e sereno com relação aos cuidados que o nosso esquema de segurança, que é muito bem organizado pelo governador Jaime Lerner, apesar destes incidentes que aconteceram. Sabemos que a estrutura que existe para defender a sociedade paranaense do crime organizado, comparada com outros Estados, no mínimo é eficiente. Temos mais de dezenove mil policiais na área da Polícia Militar, temos mais de 3 mil policiais na área civil, temos hoje um secretário, com certeza, trazendo esperança para que possamos ter dias de tranqüilidade e temos, acima de tudo, uma Assembléia vigilante, porque quem votou contra a CPI está tão preocupado quanto quem votou a favor da CPI.

Só quero dizer que a opinião pública, muitas vezes levadas pelos clamores de uma Oposição que quer se valer de momento de fragilidade passageira, pode até se equivocar. Mas nós, que acreditamos que estamos aqui para fazer história, estamos aqui para, serenamente, apoiar as instituições, apoiar as autoridades constituídas, não podemos escorregar nessas sensações, nessas emoções que às vezes chegam à beira de demagogia e em momento de véspera de eleição.

Por isso estou tranqüilo, votaria novamente contra esta CPI porque acredito que existe uma CPI federal que tem todos os poderes para buscar em qualquer parte do país qualquer pessoa para fazer depoimento, prestar depoimento, pessoas que foram indiciadas ou qualquer

dúvida que tiver sobre qualquer cidadão brasileiro esta comissão parlamentar tem poder para convocar e levar a Brasília, para depor. Temos uma CEI formada, inclusive aqui dentro da nossa própria Assembléia, com sete deputados estaduais, e temos a CEI formada pelo governador do Estado.

Então, estamos cheios de CPI's, cheios de comissão. O que precisamos é que cada deputado acompanhe pari passu, o trabalho destas nossas autoridades. isto sim admito, e acho que está certa a Oposição em cobrar, como cobrou a queda do secretário de Segurança Pública, Cândido Martins, que já há muito vinha devendo para a sociedade paranaense, inclusive aos deputados. Não é porque ele caiu agora que estou dizendo, mas eu mandei 16 requerimentos e ofícios aprovados aqui nesta Mesa para este secretário e ele não respondeu um sequer, desde o dia 20 de fevereiro de 1999.

Então, um desrespeito para com os deputados tinha esse secretário e mais o desrespeito para com a opinião pública também, que no mínimo foi conivente.

Neste ponto dou meus parabéns à Oposição que cobrou com veemência. Agora, jogar na opinião pública de quem votou a CPI está preocupado com o narcotráfico e quem não votou não está, me desculpem que não posso aceitar isto porque no mínimo é uma forma de aumentar o fosso que está acontecendo aqui na Assembléia entre Oposição e Situação e precisamos no mínimo ter respeito parlamentar, respeitar os nossos companheiros, respeitadas as posições ideológicas, no mínimo é o que se exige na nossa democracia.

Era isto, senhor presidente, muito obrigado.

#### O SR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Waldyr Pugliesi, no Pequeno Expediente.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, primeiro uma pequena referência à palavra do deputado Orlando Pessuti em relação ao problema que toda humanidade está enfrentando e irá enfrentar de maneira mais dramática daqui para a frente, o problema da água. Século que se findará daqui a pouco conheceu guerras pelo petróleo. Século XXI, certamente, trará guerras pela posse da água.

Mas o que me traz à tribuna é para falar alguma coisa a respeito desses últimos acontecimentos. Aqui na Folha do Paraná temos uma manchete, "Cândido e Zappa trocam acusações". Na realidade, se quiséssemos poderíamos dizer que é uma batalha que se trava até certo ponto entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. O ex-secretário, que agora é favorável à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e até antes de sair não era, diz que Judiciário não tem coragem.

O presidente do Tribunal de Justiça, portanto falando em nome do Poder Judiciário diz o seguinte: "O secretário foi conivente com o crime organizado". Se

quiséssemos poderíamos chegar à conclusão e dizer que na realidade os agredidos estão sendo o Poder Judiciário e o governo do Estado, o Poder Executivo, porque dizendo que o secretário foi conivente o presidente do Tribunal na realidade está dizendo o seguinte: "O Poder Executivo, o governo Lerner, foram coniventes com o crime". Veja, meu líder Pessuti, até aonde nós podemos chegar, eu sou contra o desmanche que está se fazendo nesse País, o desmanche dos automóveis, existem quadrilhas organizadas em todo o Brasil que roubam e depois vêm vender muitas vezes para o cidadão que foi roubado, o seu próprio carro. A conivência dos governo, e aqui no caso da Segurança, é notória nesse sentido. Mas sou contra um outro desmanche que eu considero mais pernicioso ainda para toda a sociedade paranaense e brasileira, é o desmanche da Copel, desmanche do Estado. Tem gente que se preocupa com isso, não presta atenção naquilo que se fala, é sempre assim, é a intolerância com aqueles que de vez enquanto tocam nesse assunto, são aqueles que andam dizendo que a ideologia morreu, as idéias foram sepultadas. mas não é assim, o desmanche que se faz de maneira criminosa em todo o Brasil, como eu já falei, roubando o patrimônio das pessoas, está aí o grande desmanche, é o desmanche da Petrobrás, vamos desmontar o Poder Público, vamos jogá-lo na lata do lixo e aí nós, os detentores do grande capital, os detentores do poder financeiro, estarão livres para fazerem sátira em cima da sociedade, porque a primeira palavra de ordem desses que querem fazer o desmanche do Estado de direito e democrático é desmoralizar em conjunto todos os políticos, nenhum político vale o que come, nenhum vereador, nenhum prefeito, nenhum deputado estadual, federal, governador, senador, ou o próprio presidente da República, porque aí eles ficam livres nessa aliança espúria do grande capital com esses que, jogando a ideologia para fora, se apropriam do nosso amanhã, se apropriam do sol, da manhãs vindouras e fazem isso que nós estamos vendo. Não tenho autoridade e nem sou defensor do Poder Judiciário, mas o Poder Judiciário, com os seus erros sabe, não pode ser atacado desta maneira como está sendo atacado, é uma instituição. Um Poder Judiciário comete enganos, comete erros, muitas vezes pode até se corromper aqui, lá; mas o Poder Judiciário como instituição, como tripé da democracia, tem que ficar lá em cima, inatacável, porque qualquer um pode fazer aquilo que bem entender em relação à vida dos outros, as denúncias muitas vezes são feitas de maneira totalmente irresponsável, sem pé, sem nenhum fundamento. E aí sim, eu que sou político desde criança, posso dizer: almocei e jantei quando a comida me faltou à política, que é o meio que os homens encontraram para resolver os seus problemas, mas o que é preciso ser feito pelos donos do poder, pelos donos do capital é desmoralizar todo tempo os políticos. Muitas vezes se debruçam para dizer que a Câmara de Vereadores não sei de onde aumentou o salário dos vereadores em 200%. Isso tem destaque em todos os jornais.

Enquanto isso o saque em cima dos brasileiros continua. Quantos bilhões de dólares foram jogados fora só para o pagamento da dívida externa, dos juros da dívida externa. E não se fala nada. Quanto é a nossa dívida interna e externa? Quantos são gerados com deficiência física e mental, por causa desse maldito salário-mínimo? Todos encontram desculpas. A imprensa encontra; o judiciário encontra; o Ministério público, os políticos encontram para, muitas vezes, escantear determinadas coisas.

Vi o senador Roberto Requião mostrando uma revista de circulação nacional. Nenhuma palavra a respeito dos problemas que estão acontecendo aqui no Paraná. E surpresa, não sei quantas páginas de propaganda do governo Jaime Lerner. Então, não existiu o problema aqui, não existe e não vai existir.

Portanto, quero dizer que o ex-secretário Cândido Martins de Oliveira para mim, pessoalmente, que conheci como secretário de Educação, nunca tive em relação a ele nenhum pensamento que ele fosse uma pessoa desonesta. Não quero atacá-lo. Isso não se faz com ninguém, a não ser que se tenha provas comprovadas.

Senhor secretário, chamar, por exemplo, um homem como eu do velho MDB, do atual PMDB. O velho MDB que vi nascer, crescer e ser assassinado pela ditadura militar.

E eu, como presidente do Partido, colhi com outros em todo o Paraná, aquilo que tinha sobrado do nosso querido MDB. E fizemos esse PMDB que está aí.

Venho lá do convívio com os bóias-frias, com os sem-teto, os sem-terra, com os sem-cidadania. E cidadania é aquele que mora, que come, é aquele que decide livremente. Ele não me ataca, não me agride quando diz que somos uma ralé, a escória social, o refugo da sociedade.

Somos do interior, não somos da elite desse Estado, e desse País, nem quero ser. Quero carregar na minha vida, apesar de tantas e tantas acusações, a minha frente de cidadão que lutou contra a ditadura militar que me coloquei contra esses que assassinaram Rubens Paiva, esses que fizeram com que João Herneck tivesse extirpados os testículos, por que foi torturado ali perto da Praça Rui Barbosa, nos estabelecimentos do nosso glorioso Exército Nacional, que tinha bandidos lá dentro para fazer como os nazistas faziam contra os judeus. Não me ofendem! Em nome do nosso MDB, do nosso PMDB, não estamos nem um pouco prejudicados.

Os outros que pensem assim, pensem da maneira que bem quiserem pensar. Nós vamos continuar a nossa caminhada.

Quero dizer, Senhor presidente, que ando enojado com muita coisa. Os seres humanos muitas vezes são submetidos a provas que, se tivessem dignidade, honra-dez, não submeteriam determinadas pessoas a essas provas. Mas enquanto se disser tudo isso em respeito a mim, não tem problema nenhum, eu continuo agindo como se não fosse morrer nunca mas estou preparando para morrer agora mesmo, se for preciso. Portanto, não me preo-

cupo com as posições dos deputados que não assinaram a CPI, não me preocupo com o deputado, nem sei qual foi, o deputado “raspadinha”, aquele que assina e raspa, isso não é próprio, não é digno de parlamentar, aqui nem é lugar de raspadinha. Ou quem foi o pai, o autor do borrão nas assinaturas, fica isso tudo para o Paraná. Se a imprensa resolver dar uma palavrinha sobre essas coisas.

Olha, não é fácil ser oposição dentro de um regime que se diz democrático e de direito, mas que tolhe a ação da Oposição em todos os setores. É proibido falar sobre isso.

Mas companheiros do PMDB, em nome dos quais penso falar, estamos em minoria forjada nas urnas, não democraticamente, somos minoria acachapante nesta Casa.

Peço que me compreendam, democratas, não sou de forçar ninguém a tomar nenhuma posição. Se eu propugno pela democracia, eu tenho o direito de discordar dos atos que os outros praticam, inclusive dentro da minha bancada onde tenho divergências, inclusive dentro da Bancada das Oposições, onde tenho divergências pela maneira de se caminhar, da maneira de se fazer oposição. Talvez esteja aí até a minha inapetência nesta Casa, muitas vezes para fazer um trabalho que sou extremamente capaz de fazer, mas fica aqui uma manhã de quinta-feira, no meu coração, e eu estou vendo um raiar muito grande, de um clarão imenso, não existe nada cinzento nas nossas atuações, nada aquilo temos ódio e nojo daqueles que falam que são democratas, mas estão aí a construir os alicerces de uma asquerosa ditadura seja ela militar ou do capital, da grande propriedade, daqueles que tiraram a nossa vontade de viver, o povo está aí, milhões de analfabetos, milhões de famintos, milhões estão perdidos por aí.

Lembro-me dos professores que tiveram lembrança aqui nesta manhã, vindo de Ponta Grossa até aqui, a pé deputado Zuk, e eu falei aqui, citando o poeta Tiago de Melo, fica demitida a palavra “mentira” das bocas, porque aqui que se falou aqui, outro dia, era para ser dito e não cumprido, e assim foi. Esperamos, não sei de que maneira, que as coisas possam melhorar. Fico aqui com o meu velho MDB de guerra, porque ele traz dentro dele, nas suas entranhas, no seu coração, os princípios da liberdade, da dignidade, e da fraternidade que são imortais, apesar daquelas que existem por aí querendo dizer que as idéias morreram. Se as idéias morreram, senhores deste Parlamento, com o que vamos governar? Com as tripas? Não, as idéias estão aí mais vivas do que nunca!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Nesta quinta-feira não esperávamos ouvir um pronunciamento desta contundência com que fez nosso companheiro Waldyr Pugliesi, a quem lá tempos sentimos sua

ausência, especialmente na tribuna, para sempre nos lembrar que a discórdia e diferença de pensamento constrói uma sociedade livre, desde que seja efetivamente assegurada a palavra, a expressão e a liberdade na manifestação destas qualidades que o homem deve tocar e construir a sociedade.

O Waldyr Pugliesi, homem de tradição partidária e de posicionamento, inclusive histórico, fez aqui um desafo, que às vezes, mesmo que não concordemos com todos os seus termos, somos obrigados a respeitar pela história, pela postura e prática da sua vida.

Senhor presidente, pretendia usar o período do Pequeno Expediente para fazer uma observação à Mesa. Um decreto legislativo, uma Medida de Providência que solicitamos na semana passada a respeito da Portaria nº 10/99 da Secretaria da Fazenda, que versa ou que disciplina o que não deveria disciplinar, devia apenas trazer normas de procedimento, e ela legislou. Mas vou deixar para a próxima Sessão para que possamos fazer com mais condições de aprofundar a discussão.

Hoje, quero me reportar à fala do companheiro Divanir Braz Palma.

Ora, tivemos recentemente um dos episódios mais tristes da história do Paraná. Tivemos uma instituição secular, de extrema importância e extrema necessidade para a sociedade que é o aparato de segurança do nosso Estado, especificamente a Polícia Civil.

Vindo para cá uma CPI Nacional, descobriu o que o governo, com uma série de informações e com a competência de executar e de processar estas informações, não o fez. Precisou uma CPI, não deste governo e muito menos deste Parlamento, vir aqui e escancarar as entranhas da corrupção em nosso Estado, com a ajuda modesta da CEI desta Assembleia, da qual faço parte e presidida pelo nosso companheiro Ângelo Vanhoni. Das medidas que se sucederam perdeu o cargo, perdeu a função o delegado geral e perdeu o cargo o secretário de Segurança, mas isto depois de ser levantado nesta Casa e ter se feito o levante pela sociedade, dizendo que não aceitávamos mais estas pessoas ou especialmente o Cândido Martins de Oliveira como secretário, e imputando a ele responsabilidades.

E agora, num pronunciamento, o deputado Divanir Braz Palma vem dizer que a Oposição foi inconsequente. Ora, meu caro deputado, a quem pessoalmente tributo respeito e cordialidade porque tem sido um parlamentar cordial nesta Casa, por isso não tenho nenhuma preocupação tentando buscar do mesmo zelo da cordialidade, dizer que se incompetente ou inconsequente é buscar com que a sociedade e a família paranaense tenham tranqüilidade para exercer o seu pleno direito de cidadão, não sei o que será no seu entendimento e no daqueles que negaram na data de ontem, sob qualquer justificativa e sob qualquer auspício de quem o determinou, assinatura na CPI, que tivemos aqui o requerimento reprovado. Consequência é buscar, enquanto representante, denun-

ciar os fatos que gravam na sociedade, consequência é buscar a transparência, consequência é fazer com que uma autoridade que tinha a responsabilidade de exercer a segurança no Estado, não o fez.

E aí diria, deputado Divanir Braz Palma, não era o que gostaria de dizer, mas inconsequente foram aqueles que, sob o manto que não sei qual foi, deixaram de trazer à realidade e buscar a verdade e a transparência para a sociedade paranaense, porque consequente não vou dizer aqui, mas vai ser a sociedade lá nas ruas que vai estar dizendo a cada parlamentar, a cada cidadão a inconsequência que fez aqui do seu ato.

Por isto a Oposição, meu caro deputado, senhores deputados, está tranqüila, cumpriu aqui o seu sagrado dever de vir denunciar, buscar o encaminhamento para uma solução justa. Não fizemos estardalhaço, não fomos fazer o circo, simplesmente exercemos o papel dentro do regimento desta Casa. Não faltamos em nenhum momento com o respeito a qualquer deputado, não faltamos em nenhum momento com o respeito ao próprio governo que tinha a responsabilidade primeira da nomeação e da manutenção.

Ora, depois de seis anos de governo, não dá nem para dizer que o Noronha foi admitido em 94, porque o governo tinha que exercer o seu papel. Se foi incompetente, se não teve um secretário competente mediante os instrumentos do Sisep e dos órgãos de informação para exercer este papel, não é a Oposição a inconsequente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PST.

Com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, me senti forçado a voltar aqui nesta tribuna para respeitosamente também discordar do nobre deputado José Maria, a quem também cultivo respeito e admiração muito grande pela sua atuação.

Agora, o que precisamos deixar bem claro aqui, nobre deputado, é que vou manter a minha palavra, o meu vocábulo, o meu adjetivo de inconsequência, e vou explicar melhor o porquê, a forma como foi colocada aqui. Primeiro, se os senhores se acham os donos da verdade gostaria de dizer, por que não denunciaram antes? Então, começa por aí. Segundo, a inconsequência, no meu modo de entender, no procedimento, na tentativa de emplacar mais essa CPI, é porque se vende para a opinião pública uma esperança de que a CPI é a solução de todos os males da administração Jaime Lerner. Tentou-se CPI de um monte de coisas aí. Então, nessa tentativa de vender à opinião pública de que a CPI é a solução, passa-se à opinião pública, tenta-se passar à opinião pública,

que não é boba não, de que nós da Situação estamos a serviço desse ou daquele. Estou a serviço, primeiro, dos vinte e três mil votos que tive, sofredamente obtidos. Segundo, estou a serviço da sociedade paranaense. Terceiro, estou a serviço de um governo, que enquanto acreditar, estarei a serviço. E é aqui que quero fulcrar o meu pronunciamento. Um governo que tem dificuldades como qualquer governo de um País de terceiro mundo, um governo que luta para melhorar as condições de vida desse Estado, e nós do interior sabemos disso. Agora, nós parlamentares que representamos a opinião pública, a vontade do nosso povo, temos que ter, no mínimo, a sensibilidade de trazer para esta Casa a compreensão de que administrar um Estado não é apenas vender esperanças, benesses, utopias, que sabemos que na realidade não é bem assim.

Então, quando disse inconseqüência, eu quis dizer isso, que a bandeira desfraldada estava respingada de demagogia, porque os senhores sabem, lá no fundo, que para se levantar o problema de desmanche, crime organizado, lavagem de dinheiro, pessoas que comercializam tóxico, enfim, toda essa coisa que é fruto dessa sociedade nossa em formação, temos os aparatos, temos todos os aparatos constituídos, temos um secretário hoje da Segurança Pública que foi parabenizado por toda a Oposição, certo. Temos toda a Polícia Civil sendo oxigenada com novas contratações, com veículos, o governo está sensível a esta realidade. Agora, a forma como se colocou essa CPI aqui, foi uma forma no mínimo oportunista, de querer jogar a Situação contra a opinião pública.

Não vou aceitar isso tranqüilamente. Posso até estar errado, mas no meu modo de entender, a inconseqüência está em querer impor uma idéia sem respeitar a idéia contrária. Os pronunciamentos havidos ontem aqui foram contundentes, depreciadores e achincalharam, tentaram achincalhar a Situação. E não podemos aceitar isso. Estamos conscientemente tranqüilos de que o Estado está bem governado, essa questão do narcotráfico, do crime organizado, está sendo muito bem tratada. Não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito num momento inoportuno que vai resolver os problemas do nosso Estado. Aliás, não vai resolver agora, nem amanhã, nem depois. Sabemos disso.

Não quero ofender a nenhum parlamentar. Sempre respeitei a Oposição. Às vezes estou junto com a Oposição em certos problemas que temos no Estado do Paraná. A questão do pedágio sou contra. Falei aqui quando entrei como deputado, essa negociação não é *tripartite*, é *bipartite*. Temos que respeitar quem vai pagar a conta. E quem vai pagar a conta não tem condições de pagar o 76%.

A inconseqüência que diz dizer é da inoportunidade e transferir para a opinião pública essa esperança que a CPI vai acabar com o crime organizado do Paraná. Isso é uma utopia.

Temos que trabalhar ao lado de quem mostra responsabilidade. E o governo Jaime Lerner, até agora para mim, tem mostrado isso. Suas fragilidades existem, como existe em todos os governos. Mas é um governo bem intencionado, muitas vezes até traído, mas que se refaz e vai em frente.

Por isso estamos em boas mãos.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças.

Consulta as lideranças do PPB. PTB. PSB. PSDB.

(**Declinam**)

Com a palavra, na Liderança do PMDB, o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a essa tribuna para colocar aquilo que penso em relação ao que foi citado anteriormente, e até em relação ao posicionamento do deputado Divanir Braz Palma.

Gostaria de dizer que fui eleito, não para ser Oposição ao governador Jaime Lerner, mas fui eleito para acatar o clamor da sociedade.

Quando o deputado Divanir tentou mais uma vez criar aquela tarja como se a Oposição, inconseqüente, defendesse uma bandeira política de um Partido, quero dizer que todos os Partidos na sua ideologia são bons.

Quero deixar bem claro que sempre devemos estar atentos ao que pensa a sociedade. Não consigo entender o deputado Divanir, como se tenta pregar todo dia nesta Casa que a Oposição não quer isso, não quer aquilo. Fui eleito para defender aquilo que penso. E aquilo que penso tem que estar sintonizado com o que a população pensa.

Evidentemente essa palavra inconseqüência não cabe. Que a CPI é um momento inoportuno. Não sei se o senhor quis citar que a CPI Nacional veio num momento inoportuno. Não sei. Foi isso? Ou quando citou utopia, estava se referindo ao governo do Estado? Porque quando se tenta vender uma realidade, mostrar uma realidade que não é real, ela é virtual, você está criando uma utopia, existem até boas utopias que você sonha em buscar uma realidade melhor.

Então, são questões que realmente vêm à tona e que têm que ser esclarecidas.

Quanto a questão do posicionamento em relação a CPI, é importante deixar claro, senhores deputados, que a CPI não é contra o governador Jaime Lerner, a CPI não é contra o governo do Estado do Paraná, a CPI é um auxílio à CPI Nacional que vem buscar punição para aqueles que realmente não têm uma conduta como deveriam ter dentro das suas funções da Segurança Pública desse Estado e do Brasil inteiro. Tenho certeza que a CPI Nacional jamais vai conseguir avançar a fundo em todos os setores, ela não vai conseguir, senhores deputados, realmente, buscar a verdade em todos os níveis. Ela simplesmente

desvendou a ponta do iceberg e nós, deputados estaduais, temos uma missão perante a sociedade, de realmente fazer justiça, buscar a justiça, apoiar a justiça. Não podemos dizer: isso cabe ao promotor público, isso cabe ao Poder Judiciário, isso cabe à Polícia. Não temos, como deputados, perante o Regimento da Casa, o direito de constituir uma CPI para investigar, para buscar apoiar as investigações. E quando se fala CPI, muitas vezes ouvi nesta Casa, dizer o seguinte: Não há porque constituir CPI porque não há provas.

Ora, senhores deputados, a CPI busca exatamente a prova em cima dos indícios, e é evidente que temos graves indícios e temos que configurar a prova. Ninguém aqui vai querer provar e colocar no banco dos réus nenhum inocente, tenho certeza, porque isto é incoerente, é injusto, nenhum deputado gostaria disso.

Acho que a CPI é necessária para que tenhamos acima de tudo, o esclarecimento da verdade e que possamos fazer justiça.

Conversando com a população, tenho certeza que os senhores deputados também devem ter ouvido, muita gente não acredita na punição dos responsáveis, porque a sociedade está desacreditada, até da Justiça, dando a punição para aqueles que merecem.

E nós, deputados, temos que dar força para que realmente ocorra justiça. Não podemos dizer aqui que não cabe CPI porque o governador do Estado já compôs uma comissão de alto nível que vai punir os responsáveis, porque até entendo que essa comissão tem que existir, porque o governador, pela questão estatutária, vai ter que compor uma comissão a nível de governo, para poder punir em termos de estatuto os seus servidores que realmente não cumprirem o Regimento.

Então, é verdade que o governador está fazendo a sua parte, mas a Assembléia do Estado do Paraná também tem que fazer a sua parte buscando a justiça, buscando avançar, apoiar a CPI Nacional com poderes porque a Comissão Especial não tem poderes como tem a CPI. A Comissão Especial pode ouvir, pode colaborar, pode ajudar, mas não tem poderes de convocar, não tem poderes de declarar até a prisão, se for o caso, ou a busca daqueles que realmente têm que vir depor.

Então, acho que o Estado do Paraná, a exemplo do que fez o Rio Grande do Sul, o que está fazendo Santa Catarina, deve acima de tudo compor uma comissão para apoiar, e não acredito que a comissão - CPI - vá querer colocar no banco dos réus nenhum inocente, até porque não está se julgando questão partidária, está se colocando acima de tudo o direito e o dever que nós, cidadãos eleitos pelo povo, temos que defender a sociedade daqueles maus elementos e fazer com que a polícia de fato, e acredito até que realmente vá ocorrer uma grande mudança na Polícia Civil do Estado do Paraná e que nós possamos a partir de hoje, se Deus quiser, renascer das cinzas com a instituição Polícia Civil para dar segurança. Não é aqui esgrachar a polícia, não é dizer que ninguém presta, mas é dizer acima de tudo, senhores deputados

que o governador pode realmente filtrar, depurar essa instituição para o bem do Estado do Paraná, mas não posso, em hipótese alguma, aqui concordar com o que dizem alguns deputados. Divanir, a Oposição inconstante ou até vir aqui dizer como se isso fosse uma tarja de ideologia de Oposição ou Situação. Defendo aquilo que acredito, e se aqui amanhã o meu partido disser que defende o contrário do que eu penso, continuarei de acordo com a minha idéia.

Então, quero deixar claro que temos que rever este posicionamento e esta tarja que se cria. Precisamos colocar às claras, separar o que é bandeira política e o que é realmente a defesa do cidadão e da sociedade no Estado do Paraná.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar que o presidente da CEI, Ângelo Vanhoni, informa que terá uma reunião da comissão, segunda-feira, às 16h00, na Sala das Comissões.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Continua o Horário das Lideranças: PFL, PT, PDT, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir "Programa de Parcerias", destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DE PLENÁRIO E PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 90/99**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir "Programa de Parcerias", destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontra-

mos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à Emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Beto Richa, Antonio Carlos Belinatti, e Pastor Edson Praczyk.

**Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam queiram levantar-se. Nove deputados presentes aprovam.

**Não há quórum para prosseguimento.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 683/97, 090, 354, 440, 538, 540, 549/99, 061/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064, 076/2000.

Levanta-se a sessão.